



ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE Vol. 14 No 3 Abril 2012



Recessão global SADC pronta

por Joseph Ngwawi

POLÍTICA	3
MUTHARIKA	4
INFRA-ESTRUTURAS	5
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	6
ENERGIA	7-9
COMÉRCIO	10
GÉNERO	11
TURISMO	12
ELEIÇÕES	13
COMUNIDADE	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

A AFRICA AUSTRAL está a tomar medidas para assegurar que as economias nacionais estejam melhor preparadas para enfrentar o impacto potencial dos choques de uma recessão global numa altura em que se receia a deterioração das perspectivas económicas da Europa e América, regiões que ainda continuam a se recompor da crise financeira que os afectou há quatro anos.

Não deixando nada ao acaso depois da crise financeira de 2008/09 que, há quatro anos, causou sérios prejuízos para a economia regional, a SADC está a trabalhar no sentido de atenuar o impacto da actual instabilidade económica global no seio dos seus Estados-membros.

A actividade económica global deverá estagnar em 2012 e a médio prazo face a intensificação riscos

Entre os principais riscos figuram os crónicos desequilíbrios fiscais e a falta de liquidação das obrigações de dívida excessiva para com a União Europeia, e a extrema volatilidade dos preços da energia e da agricultura

A economia da Zona Euro deverá entrar em ligeira recessão em 2012, uma vez que a maioria das economias na região registam redução de produção e sofrem os efeitos da consolidação fiscal adicional.

O crescimento nas economias emergentes e em desenvolvimento, como a China, Brasil e

Rússia também deverá reduzir devido ao ambiente de enfraquecimento da reduzida demanda interna e externa.

De acordo com um relatório da Direcção do Comércio, Indústria, Finanças e Investimento da SADC (TIFI), a economia regional diminuiu marginalmente apenas em 2011, expandindo numa média de 4,7 por cento em comparação com a média de 5,5 por cento do ano anterior.

A economia da SADC deverá crescer 5,1 por cento em 2012, embora as suas perspectivas a médio prazo podem ser ofuscadas pelas preocupações de recessão e pela perspectiva de aumento dos preços alimentares.

Uma das estratégias que estão sendo adoptadas pela SADC para combater a ameaça de choques externos e incertezas é a promoção da diversificação das economias regionais.

Os Estados-Membros estão a ser encorajados a mudar da dependência de bens para actividades que exploram suas vantagens comparativas, tais como a indústria e serviços. Esta estratégia tem como premissa o entendimento de que as economias que dependem estritamente de alguns sectores são particularmente vulneráveis aos choques financeiros globais em comparação com economias mais diversificadas.

continua na página 2

Recessão global, SADC pronta

A maioria das economias da África Austral confia em um ou dois sectores, principalmente indústrias de recursos naturais, e são, portanto, vulneráveis em caso de oscilações bruscas nos preços desses bens.

A estrutura da produção dos Países da SADC é característica de uma região em desenvolvimento, onde a grande parte do PIB provem de sectores primários da produção, tais como agricultura e mineração, cuja contribuição total é em média mais de 50 por cento do Produto Interno Bruto total (PIB).

De acordo com a TIFI, as estatísticas sobre a SADC mostram que apenas Maurícias e

a África do Sul têm sectores industriais consideráveis em cerca de 25 por cento do PIB. A participação do sector industrial para o PIB nos restantes Estados membros é, em média, de menos de 15 por cento.

Além de possuírem um sector industrial pequeno, as economias da SADC não produzem uma gama diversificada de produtos manufacturados. Estados Membros da SADC produzem uma série semelhante de produtos como alimentos, bebidas, tabaco, têxteis, vestuário e calçados, que são predominantemente baseados em recursos agrícolas.

Como resultado, as economias da SADC são susceptíveis a volatilidades provenientes da evolução dos mercados internacionais.

"O desempenho económico regional para 2012 e a médio prazo também vai depender muito da situação alimentar uma vez que isso influencia os princípios macroeconómicos, como a inflação e os saldos internos e externos", refere o relatório da TIFI intitulado "Desempenho Económico 2011 e Perspectivas de Médio Prazo".

Regionalmente, a situação de segurança alimentar manteve-se relativamente estável, com a maioria dos

alimentos básicos prontamente disponíveis nos mercados locais e a nível doméstico.

Este cenário deverá continuar num futuro previsível, uma vez que o Malawi, a África do Sul e a Zâmbia projectaram manter reservas suficientes no fim da campanha de 2011/12 que deve amortecer a escassez de défices alimentares em alguns Estados-Membros.

"No entanto, o risco de queda é que, devido aos baixos stocks globais de milho, o milho branco Sul-africano continuará a estar em alta demanda o que fará subir os preços afectando a rede importadores de países da região," o relatório do disse. □

Fluxo de FDI regista declínio

A ANTECIPADA recessão económica na Europa pode afectar o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) na SADC, dado que a Europa é uma grande fonte de IED para a região.

Dados mais recentes do Comité dos Governadores dos Bancos Centrais da SADC mostram que os fluxos de IDE para a região caíram 21,6 bilhões de dólares norte-americanos em 2009 para 18,4 bilhões de dólares norte-americanos em 2010, representando um declínio médio de quase 20 por cento, embora esta média esconda algumas subidas e descidas dramáticas para Países individuais.

O declínio foi atribuído aos efeitos adversos da crise financeira global de 2008/09.

Nenhum dado final de IDE foi compilado em 2011, embora a comissão tenha dito que os relatórios preliminares apontam para um aumento nas entradas uma vez que a região tirou proveito da recuperação temporária da economia global.

Actualizações de cada país mostram, contudo, um crescimento louvável em fluxos de IDE na África Austral durante o ano passado.

O IED para a Zâmbia nos primeiros 11 meses de 2011 foi de 4,6 bilhões dólares norte-americanos com um potencial de 31.000 novos postos de trabalho,

de acordo com a Agência de Desenvolvimento da Zâmbia (ZDA), que é um órgão do governo responsável pela promoção do investimento.

O Zimbabwe aprovou projectos no valor de 6,63 bilhões de dólares norte-americanos em 2011, com mais de 55 por cento deles no sector de mineração estimados em 3,68 bilhões de dólares norte-americanos.

Dados desagregados da Autoridade de Investimento do Zimbabwe mostram que o sector do turismo foi o segundo maior receptor de IDE em 2011, atraindo um total de 1,58 bilhões de dólares norte-americanos. Seguidamente ficou a agricultura (444,77 milhões de dólares norte-americanos), construção (120,9 milhões de dólares norte-americanos), serviços (128,1 milhões de dólares norte-americanos) e indústria (670 milhões de dólares norte-americanos).

A China continua a ser a maior fonte de IDE na região da SADC. Até o final de 2011, os investimentos da China na SADC foram de 9,9 bilhões de dólares norte-americanos, incluindo cerca de 5 bilhões de dólares norte-americanos em investimentos não-financeiros.

Os investimentos chineses em mineração incluem parcerias significativas com os Governo da Zâmbia, na extensa cintura do

cobre, da República Democrática do Congo (RDC), na firma estatal Gécamines que explora cobalto e minerais pesados, e do Zimbabwe, na exploração de diamantes.

As empresas chinesas também entraram no sector de retalho, principalmente através de têxteis mais baratos na maioria dos Estados Membros da SADC.

"Embora existam ainda muitas incertezas com a recuperação económica global, a China e a Comunidade para o Desenvolvimento da África

Austral deverão reforçar a sua cooperação económica, para ajudar a alcançar um crescimento estável e promover a economia global", afirmou o vice-primeiro-ministro chinês, Wang Qishan, durante o recente Fórum Empresarial de Investimento China-SADC.

Há oportunidades significativas na África Austral na mineração, agricultura, indústria, serviços financeiros, tecnologias de informação e comunicação, turismo e desenvolvimento de infra-estruturas. □

Fluxo de IED de 2009 e 2010 (em Dólares)

País	2009	2010	% Mudança
Angola	11,673.1	9,941.6	-14.8
Botswana	576.0	-	-
RDC	629.4	2,932.1	365.9
Lesotho	47.6	54.6	14.7
Malawi	55.5	55.8	0.5
Maurícias	257.4	430.0	67.1
Moçambique	892.5	788.9	-11.6
Namíbia	518.7	864.0	66.6
Seychelles	113.1	156.8	38.6
África do Sul	5,389.0	1,553.0	-71.2
Swazilândia	66.0	130.7	98.0
Tanzânia	414.5	433.4	4.6
Zâmbia	694.8	1,041.4	49.9
Zimbabwe	105.0	165.9	58.0
SADC Average	21,564.3	18,391.4	-19.6

Fonte: Comité dos Governadores dos Bancos Centrais na SADC
Nota: Não foram inclusos dados do Madagáscar e não estão disponíveis dados do Botswana referentes a 2010.

SADC conclui avaliação inicial do Projecto de Desenvolvimento de 15 anos

O SECRETARIADO da SADC concluiu a avaliação dos primeiros cinco anos do Plano de Desenvolvimento Estratégico Indicativo Regional (RISDP), que irá formar a base de uma revisão independente do plano de 15 anos.

O objectivo da avaliação era analisar o desempenho, bem como identificar os desafios encontrados até agora e as lições aprendidas durante a implementação do RISDP 2005-2010.

A revisão oferece uma visão geral do estado de implementação dos diferentes sectores definidos no RISDP.

De acordo com o Secretário Executivo da SADC, Tomás Salomão, uma avaliação mais ampla, que envolve todas as partes interessadas nos Estados-Membros será o próximo passo e espera-se que possa fornecer uma análise mais abrangente, mostrando o impacto das intervenções até à data, a fim de traçar o caminho a seguir durante os próximos 10 anos de implementação do RISDP.

"Portanto, como previsto, uma revisão independente que cobre todas as partes interessadas da SADC vai agora ser feita a partir de 2012 para permitir aos Estados-Membros e as partes externas da sociedade civil, sector privado e outros a reflectir sobre as questões fundamentais que devem tornar-se prioridades na próxima fase de implementação", disse ele.

Essa abordagem baseia-se na análise profunda a partir de perspectivas internas e externas e deve incentivar e esclarecer a direcção e liderança política.

A avaliação revelou que todos os sectores foram capazes de atingir inteiramente ou parcialmente a maioria das diferentes metas dentro dos prazos declarados.

"O processo de consulta no Secretariado revelou níveis muito satisfatórios de implementação do RISDP nos últimos cinco anos", disse Salomão.

A SADC já desenvolveu e aprovou políticas cruciais, protocolos e estruturas, e estabeleceu instituições de execução, aumentando assim sua visibilidade desde o início da sua implementação em 2005.

Restrições de recursos humanos constituem o principal impedimento para melhorar o desempenho da organização.

Problemas identificados pela revisão incluem a necessidade de:

- Acelerar a implementação a nível dos Estados-Membros;
- Assegurar estruturas eficazes para o Secretariado e Cooperação entre os Estado-Membro;
- Aprofundar a consulta a nível dos Estados-Membros;

- Garantir metas realistas e avaliação do RISDP em curso; e
- Lidar com as limitações de recursos humanos, financeiros e técnicos no Secretariado da SADC.

A análise também identificou alguns dos principais desafios a serem abordados nos próximos 10 anos de aplicação do RISDP, tais como:

- Reforçar a monitoria e avaliação;
- Assegurar a integração de questões transversais como género e mudanças climáticas no RISDP;
- Melhorar a capacidade negocial no Secretariado;
- Manter a SADC como uma plataforma para a tomada de posições comuns pan-africanas e globais; e
- Garantir a participação mais eficaz e eficiente das partes interessadas.

A Cimeira de Chefes de Estado e de Governo em Agosto passado instruiu o Grupo de Trabalho Ministerial sobre Integração Económica Regional para rever o RISDP, identificar as prioridades e reorientar a agenda de integração da região.

Espera-se que a revisão do RISDP possa resultar no desenvolvimento de um programa de trabalho focalizado para implementação de programas de alto impacto para melhorar o desenvolvimento da integração regional.

A revisão também ajuda a priorizar o programa de trabalho da SADC para alcançar o máximo impacto com recursos limitados.

O RISDP contém metas aprazadas que são considerados como faróis principais em direcção continental e as metas internacionais, em particular a Comunidade Económica continental Africana e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

A meta primordial é atingir taxas anuais de crescimento económico de pelo menos sete por cento, necessários para reduzir para metade a proporção de pessoas vivendo na pobreza em 2015.

A proposta de revisão do RISDP e reorientação das prioridades da SADC vem na sequência das actuais negociações tripartidas entre a SADC, a Comunidade dos Estados da África Oriental e do Mercado Comum para a Austral e África Oriental (COMESA).

As negociações devem resultar na criação da Área de Comércio Livre Tripartida que visa fortalecer comércio intra-regional através da criação de um mercado mais amplo, o aumento dos fluxos de investimento, maior competitividade e desenvolvimento de infra-estruturas inter-regional. □

A revisão do RISDP indicou alguns progressos significativos por sector.

- **Comércio, Indústria, Finanças e Investimento (TIFI).** 65 por cento das metas foram plenamente atingidas, 29 por cento parcialmente atingidas e seis por cento não alcançadas.
- **Infra-estrutura e Serviços (I & S):** 60 por cento dos resultados foram plenamente atingidos, enquanto os restantes foram parcialmente atingidos.
- **Recursos da Agricultura, Alimentação e Naturais (FANR).** 64 por cento das metas de produção foram plenamente atingidas, 28 por cento parcialmente atingidas e oito por cento não foram atingidas.
- **Programas Sociais e Desenvolvimento Humano e Especiais (SHD e SP).** 38 por cento das metas plenamente atingidas, 46 por cento parcialmente atingidas, enquanto 15 por cento não foram atingidas.
- **Questões transversais.** das 46 metas das questões transversais, 14 por cento foram plenamente atingidas, 68 por cento parcialmente atingidas, enquanto os 18 por cento não foram alcançadas.

SADC e Japão acordam no desenvolvimento de infra-estruturas

SADC e o Japão concordaram em criar um mecanismo de identificação e acompanhamento de projectos como parte das medidas para reforçar a implementação de projectos de infra-estruturas na África Austral.

Num esforço visando intensificar o desenvolvimento de infra-estruturas na região, o Grupo de Embaixadores da SADC no Japão em colaboração com o Secretariado da SADC e do Ministério Japonês das Relações Exteriores, convocaram um “Seminário de Investimento Infra-estrutura SADC-Japão” de 14-15 de Março.

O seminário envolveu o governo e a comunidade empresarial japonesa e apresentou a carteira de projectos de infra-estruturas da SADC, especialmente nas áreas prioritárias de água, energia, transportes, e tecnologia de informação e comunicação.

Ficou acordado, entre outras questões, que deve ser instituída uma plataforma de identificação de projectos e mecanismos de acompanhamento composta por representantes do Grupo de Embaixadores da SADC (assistida pelo Secretariado da SADC) e do governo japonês para trabalhar com o sector privado.

Neste sentido, ambas as partes concordaram que um mecanismo de acompanhamento deve ser desenvolvido e incorporado no ciclo de planeamento anual do Secretariado da SADC, a fim de assegurar a continuidade dos projectos.

O Governo japonês reafirmou o seu apoio às infra-estruturas da SADC, no âmbito da IV Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD) e da Declaração e Plano de Acção de Yokohama de 2008.

O Ministro angolano dos Transportes, Augusto da Silva Tomas, elogiou o papel que o Japão tem desempenhado até à data no desenvolvimento da África e destacou as vastas oportunidades que a SADC oferece aos investidores japoneses do sector público e privado em termos de comércio, investimento e desenvolvimento de infra-estruturas.

Tomas é o actual Presidente do Grupo de Ministros da SADC responsáveis pelas infra-estruturas.

A reunião decidiu que os projectos serão apresentados na próxima TICAD Ministerial.

Reuniões de acompanhamento vão decorrer em Maio no Senegal, bem como na próxima Sessão Ordinária do Conselho de Ministros da SADC a ser realizada em Moçambique, em Agosto.

Foi também acordado a necessidade de engajar o sector privado japonês no desenvolvimento de infra-estruturas da SADC e a importância do desenvolver parcerias estratégicas com investidores japoneses sob os auspícios do quadro da TICAD.

SADC criou um ambiente propício para o investimento,

Projectos prioritários de infra-estruturas da SADC

O SECRETÁRIO Executivo Adjunto para a Integração Regional da SADC, João Samuel Caholo, identificou os projectos prioritários da região que requerem parceiros de investimento, nomeadamente:

- Produção de energia e projectos de transmissão destinados a enfrentar os desafios actuais em matéria de segurança energética regional e nacional;
- Reabilitação, ampliação e modernização de infra-estruturas de transporte rodoviário, ferroviário e portuárias;
- Desenvolvimento de redes de TIC de banda larga como parte da implementação da infra-estrutura de Informação Regional da SADC; e
- Projectos de água dentro do Programa Estratégico de Desenvolvimento de Infra-estruturas Águas da SADC relativa ao abastecimento de água e saneamento, irrigação e desenvolvimento de energia hidroeléctrica. □



Investimento em infra-estruturas de água é fundamental para o desenvolvimento regional

entre outras coisas, a implementação do Protocolo sobre Finanças e Investimento e a recente criação de uma Facilidade de Preparação e Desenvolvimento de Projectos (PPDF) que visa facilitar a elaboração de projectos financiáveis.

O aguardado lançamento do Plano Director de Infra-estruturas Regional da SADC, ainda este ano, poderá orientar o desenvolvimento de infra-estruturas chave, como rodoviárias, ferroviárias e portos.

O plano Director permitirá que a região desenvolva uma rede eficiente de infra-estrutura transparente e de baixo custo

transfronteiriço, que irá promover o crescimento socioeconómico dos Estados-Membros como uma economia próspera depende de uma infra-estrutura confiável, tanto a nível nacional e regional.

A proposta de criação de uma Área de Comércio Livre Tripartida (ACL) envolvendo a SADC, o Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA) e a Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC) também aumenta as oportunidades de investimento em infra-estruturas na África Austral.

O progresso é já evidente nos planos do grupo Tripartido com vista a fortalecer o corredor de transporte Norte-Sul entre Dar-es-Salaam, na República Unida da Tanzânia, e a cidade costeira sul-africana de Durban.

A conferência contou com a presença de cerca de 250 delegados do governo japonês e da comunidade empresarial, do Secretariado da SADC, do COMESA e da EAC.

O evento foi patrocinado pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), Banco Japonês para a Cooperação Internacional (JBIC), Organização Japonesa do Comércio Externo (JETRO) e da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO). □

Contagem regressiva para Rio +20

por Kizito Sikuka

A **CONFERÊNCIA** das nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, marcada para o Rio de Janeiro, Brasil, em Junho, constitui uma oportunidade para a comunidade global renovar o seu compromisso de promover o desenvolvimento sustentável e enfrentar os novos e emergentes desafios, tais como as mudanças climáticas.

A Conferência Rio +20, surge 20 anos após a Cimeira da Terra de 1992, realizada no Rio, onde foi aprovada e adoptada a Agenda 21 como um modelo abrangente de acção que deve ser levada em consideração a nível global, nacional e localmente, por organizações das Nações Unidas, governos e grandes grupos em todas as áreas onde os seres humanos afectam directamente o meio ambiente.

A comunidade mundial vai se reunir novamente no Brasil, de 20-22 de Junho, para acordar medidas visando reduzir a pobreza ao promover a utilização sustentável e equitativa dos recursos.

A Conferência Rio +20 conferência terá dois temas:

- Economia Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza
- Quadro Institucional para o Desenvolvimento Sustentável.

O objectivo da conferência é assegurar um compromisso político renovado para o desenvolvimento sustentável, avaliar o progresso na implementação dos acordos ambientais multilaterais acordados, e encontrar uma resposta para os novos desafios enfrentados pela comunidade global.

Pelo menos sete áreas-chave foram identificadas para a discussão - energia, água, alimentos, empregos, cidades, oceanos e catástrofes. Estas áreas são consideradas críticas para a

redução da pobreza e para o desenvolvimento sustentável.

Com relação à energia, a comunidade global procura encontrar formas de promover a captação de fontes mais limpas de energia como a eólica, hídrica e energia solar que é menos poluente para o meio ambiente.

No tocante a alimentos, estão sendo procurados métodos para um rápido crescimento, partilha e consumo de alimentos sem degradar o meio ambiente,

devido à pressão adicional das alterações climáticas na agricultura.

No que diz respeito à água, a conferência irá buscar soluções para melhorar e aumentar o acesso a água potável mais limpa. De acordo com um relatório da ONU, não há água doce suficiente para alcançar este objectivo. No entanto, as economias infra-estruturas pobres estão impedindo o mundo do fornecimento de água limpa e segura para a sua população.



O plantio de árvores é essencial para preservar nosso ambiente natural

A posição de África na Conferência Rio +20

Os **MINISTROS** Africanos reunidos em Outubro de 2011 em Addis Abeba, Etiópia, adoptaram uma posição comum Africana para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio +20. A posição inclui:

- Um apelo para a conferência adoptar medidas concretas, apoiadas por meios adequados de execução que assegure a rápida implementação de compromissos de desenvolvimento sustentável;
- Um pedido aos países industrializados a cumprir os compromissos anteriores e se comprometerem a apoiar os esforços da África para o desenvolvimento sustentável;
- Os países desenvolvidos devem se comprometer com um segundo período no âmbito do Protocolo de Quioto desde 2013-2017, e reduzir as suas emissões em 40 por cento abaixo dos níveis de 1990 até 2017, e fornecer apoio adicional adequada e a longo prazo de transferência de tecnologia, financiamento e capacitação para permitir o desenvolvimento das nações e ajudá-los a enfrentarem os efeitos adversos das mudanças climáticas;
- Necessidade de definir a economia verde como uma ferramenta para alcançar o desenvolvimento sustentável, e para avaliar as oportunidades e desafios relacionados com este conceito, bem como os meios necessários para alcançar uma transição suave para uma economia verde dos países africanos;
- Exortar fortemente a comunidade internacional para apoiar os Países africanos a beneficiar plenamente dos sectores em que há uma vantagem comparativa. □

Relativamente ao emprego, a Conferência Rio +20 vai proporcionar planos de acção e políticas que criam emprego, particularmente para os jovens. A ênfase será colocada em "empregos verdes" na agricultura, indústria, serviços e administração uma vez que estas áreas contribuem para preservar e restaurar a qualidade do meio ambiente.

Em relação as cidades, oceanos e catástrofes, a conferência buscará formas que tornam as cidades mais habitáveis, bem como proteger os oceanos da pesca excessiva e a sua destruição por serem canais vitais para o comércio e transporte.

Na preparação para a Conferência Rio +20, a África Austral é guiada pela "Declaração de Consenso de África para a Conferência Rio +20", que foi adoptada em Outubro de 2011 pelos Ministros africanos responsáveis pelo Meio Ambiente e aprovada pela Cimeira da União Africana no início deste ano.

A posição comum Africana apela aos países desenvolvidos a cumprir os compromissos anteriores e se comprometerem a ajudar os esforços de África para o desenvolvimento sustentável.

Outras propostas são para a Conferência Rio +20 apontam para a necessidade de se explorar a possibilidade de reactivação e revitalização dos Conselhos Nacionais de Desenvolvimento Sustentável para que possam coordenar, consolidar e garantir a integração de questões transversais nos órgãos de decisão.

Numa recente reunião em Luanda, Angola, o Conselho de Ministros da SADC decidiu convocar um seminário de consulta técnica aos Estados-Membros antes da Conferência Rio +20.

"O encontro terá especificamente como objectivo proporcionar à região uma oportunidade para se chegar a um entendimento comum das questões ambientais que serão discutidos na cimeira", disseram os ministros num comunicado. □

Novos projectos de produção de 1.770 MW de energia adicional em 2012

A **ÁFRICA** Austral espera implementar novos projectos de energia entre 2012 e 2016 que irão contribuir para aumentar 14.300 MW de electricidade para a rede regional, permitindo que a região possa equilibrar a oferta e a demanda, de acordo com o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP).

A maior parte dessa capacidade será iniciada em 2012 através da implementação de novos e modernos projectos de produção energética que irão adicionar cerca de 1.770 megawatts (MW) de energia eléctrica.

A energia virá do Botswana, que espera produzir 600MW este ano, e da República Democrática do Congo e África do Sul, que contribuirão com um total de 120MW e 300MW, respectivamente.

Angola vai contribuir com um adicional de 315MW, seguido pela República Unida da Tanzânia e Namíbia, com 160MW e 90MW. A Zâmbia e Zimbabwe deverão contribuir com 56 MW e 30 MW na produção de energia adicional.

No entanto, a energia adicional gerada em Angola não vai ser aproveitada pelo resto da região uma vez que este País ainda não está ligado à rede da SADC. Isso deixa de fora 1.460 MW que seriam adicionados a rede eléctrica regional.

No ano passado, a África Austral conseguiu implementar pelo menos oito projectos de produção de energia, que acrescentaram cerca de 1.230 MW de electricidade para a rede regional, ligeiramente acima dos 1.110 MW de electricidade suplementar produzida no ano anterior.

A região da SADC tem vindo a registar escassez de energia que datam de 2006, devido a uma combinação de

factores, incluindo a diminuta capacidade de produção de excedente em relação ao crescimento da demanda. □

Novos Projectos de Energia 2012 - 2016

No	País	Nova Capacidade de Produção, MW					Total
		2012	2013	2014	2015	2016	
1	Angola	315	0	80	0	700	1,095
2	Botswana	600	0	0	300	0	900
3	RDC	120	8	0	580	0	708
4	Lesotho	0	25	40	110	0	175
5	Malawi	0	64	0	0	0	64
6	Moçambique	100	0	265	300	-	665
7	Namíbia	0	0	0	0	0	0
8	RSA	303	722	3,591	2,244	1,522	8,328
9	Swazilândia	0	0	0	0	0	0
10	Tanzânia	160	0	0	0	0	160
11	Zâmbia	56	180	915	40	339	1 530
12	Zimbabwe	30	0	140	0	300	470
Total		1,776	1,059	5,039	3,574	2,861	14,301

Fonte: SAPP

Região define metas para energia limpa

A **ÁFRICA** Austral irá experimentar, nos próximos anos, um aumento gradual na captação de fontes mais limpas de energia que resultam em emissão reduzida de carbono.

Isto surge após a adopção de uma ampla gama de estratégias que visam alinhar a região com as novas tendências no sector de energia global, que agora favorece a energia renovável, contra os combustíveis fósseis.

Fontes de energia renováveis como a solar, hídrica e eólica são menos poluentes ao meio ambiente e, ao contrário dos combustíveis fósseis como o carvão, durarão para sempre.

Reunidos em Gaborone, Botswana, no seu segundo seminário da SADC sobre a Estratégia de Energia Renovável e Plano de Acção (ResAP), especialistas em energia da região disseram que era hora da

África Austral aumentar a captação de fontes mais limpas de energia para garantir o desenvolvimento sustentável. No seminário foi concordado o seguinte:

- O Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) deverá alcançar um conjunto de energias renováveis na rede regional de pelo menos 32 por cento até 2020 e 35 por cento em 2030;
- Os Estados-Membros devem identificar todos os projectos de energias renováveis que podem ser ligados à rede regional;
- O SAPP deve desenvolver um Plano de Desenvolvimento de Energia Renovável que lista projectos de acordo com a prioridade e devem estar ligados ao proposto Plano Director de Infra-estruturas da SADC;

- A SADC deve promover projectos na mesa redonda dos investidores;
- Até 2015 todos os Estados Membros da SADC devem actualizar e consolidar os seus mapas de recursos renováveis de energia;
- Até 2015 todos os Estados Membros da SADC e o SAPP devem avaliar a sua capacidade da rede de energia renovável e identificar os requisitos para modernizar a rede, caso haja;
- Até 2015 todos os Estados-Membros devem realizar as avaliações ambientais estratégicas (AAE) para os vários tipos de energias renováveis nos seus Países;
- Em 2020, pelo menos, uma das tecnologias energéticas renováveis devem estar em funcionamento na região da SADC. □

Reunião de Ministros da Energia marcada para Maio

OS **MINISTROS** da SADC responsáveis pela energia vão reunir-se no Lesotho, em Maio, para analisar a situação energética na região e ultrapassar os obstáculos, num esforço para assegurar que a demanda e a oferta sejam equilibradas. Outras questões na agenda incluem o estado de implementação de reabilitação em curso e novos projectos de energia, bem como medidas para enfrentar os desafios estruturais, operacionais e institucionais que impedem o desenvolvimento no sector da energia. □

A **ÁFRICA** Austral é um tesouro de oportunidades para a indústria internacional de petróleo e é agora amplamente considerada como a nova fronteira de crescimento para os exploradores ambiciosos.

Os preços globais do petróleo aumentaram de forma constante desde os meados de 2010, passando de cerca de 70 dólares norte-americanos o barril em Maio daquele ano para 123 dólares norte-americanos por barril para o petróleo bruto Brent, até ao final do primeiro trimestre de 2012.

Com o crescimento anual da produção de petróleo em África, espera-se um aumento médio de produção na ordem de quatro por cento nos próximos cinco anos ao mesmo tempo que os preços do petróleo deverão continuar a subir, tornando deste modo a África Austral numa região atraente para os exploradores ambiciosos que procuram aproveitar as imensas reservas inexploradas disponíveis na região.

Após a interrupção do fornecimento de petróleo da Líbia, a importância da África Austral como a nova fronteira para a indústria internacional do petróleo não pode ser sobrevalorizada. Os vastos recursos de hidrocarbonetos inexplorados da SADC são vistos como uma alternativa e poderão ocupar um lugar proeminente entre os maiores produtores mundiais de petróleo.

A descoberta de gás por parte das empresas internacionais de petróleo em Moçambique, Namíbia e na República Unida da Tanzânia, durante os últimos anos, reacenderam o interesse dos investidores nesta região anteriormente inexplorada.

Este artigo destaca as oportunidades disponíveis na indústria do petróleo da África Austral nascente e faz uma análise das perspectivas em determinados Países da região.

ANGOLA

Angola ultrapassou a Nigéria em 2008 como o maior produtor de petróleo da África - e o oitavo maior do mundo. Este Estado-Membro da SADC produz actualmente mais de 1,9 milhões de barris de petróleo de alta qualidade por dia (bpd) em campos terrestres e próximos ao litoral. A actual cifra está acima dos 900.000 bpd produzidos em 2002 e dos 500.000 bpd de 1993.

A produção da Nigéria caiu de 2,5 milhões de barris bpd em 2006 para cerca de 1,7 milhões bpd uma vez que a sua produção foi atingida por ataques de rebeldes, principalmente do Movimento para a Emancipação do Delta do Níger (MEND).

O sector de petróleo produz mais da metade do PIB de Angola e 95 por cento das suas exportações, e o governo procura aumentar esta produção explorando novos campos de petróleo de superfície a profundidades de 1.500 a 3.000 metros. Isso poderá elevar a aumentar a produção em cerca de 500.000 bpd acima da actual exploração.

Consultores globais de energia actualmente prevêem um pico sem restrições para produção petrolífera angolana de entre 2,2 milhões e 2,3 milhões de barris diários em cinco anos.

Estima-se que o País tenha reservas de petróleo de 13 bilhões de barris, o que constitui uma percentagem significativa e acima do total das reservas de petróleo bruto da SADC.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

A República Democrática do Congo começou a exploração de petróleo na década de 1960 e iniciou a produção de superfície em 1975, atingindo um pico de 27.000 bpd em 1984. A produção terrestre em grande escala teve início em 1980, atingindo o pico em 1986 com oito campos em produção.

O maior produtor de petróleo na RDC é a Perenco, uma firma independente baseada no Reino Unido. A Perenco opera em quatro concessões, tanto no mar e na superfície, na Província sudoeste de Bas-



África Austral – A próxima fronteira

Congo, localizada entre a vizinha Angola e o Congo-Brazzaville. Em 2007, a empresa produziu uma média de 25.000 bpd.

Em termos de exploração, a Tullow Oil assinou um acordo de partilha de produção com o Governo da RDC em Julho de 2006 para uma participação de 48,5 por cento operacional nos Blocos 1 e 2 do lado congolês da Bacia do Lago Albert, na fronteira com Uganda, no noroeste da RDC.

De acordo com estimativas da Tullow, a região pode estar sentada sobre cerca de dois bilhões de barris de petróleo.

Actividades de exploração paralelas também estão em curso no Bloco 5 da região do Lago Albert, onde a firma Dominion Petroleum baseada em Londres se associou a uma outra empresa petrolífera do Reino Unido, a Soco Internacional, e a uma empresa de petróleo da RDC, a COHYDRO, para pesquisar petróleo.

A firma brasileira Alta Tecnologia de Resolução de Petróleo e Gás (HRT) está a efectuar pesquisas na Bacia Central de Cuvette, na zona centro da RDC, e que diz que pode vir a deter uma das maiores reservas africanas de petróleo e gás.

NAMÍBIA

A Namíbia está sendo considerada como o próximo grande actor na indústria de petróleo da África, e espera destronar a honra das potencias continentais de petróleo, nomeadamente Angola e Nigéria, em 2015.

A Namíbia tem actualmente cerca de 10.000 quilómetros quadrados de vastas reservas de petróleo ao longo da costa oeste do País.

Com uma estimativa de 11 bilhões de barris de reservas de petróleo, a Namíbia está ligeiramente atrás do norte da vizinha Angola. O Ministro de Minas e Energia, Isak Katali, disse que Namíbia poderá se tornar um produtor de petróleo no início de 2015.

A empresa de petróleo e gás Enigma baseada no Reino Unido identificou cinco áreas ao longo da parte norte da costa do País que potencialmente possuem 500 milhões de barris. O bloco sul da empresa pode ter até quatro bilhões de barris de petróleo, cuja produção está prevista para 2015/16.

A firma brasileira HRT também revelou um investimento de 5 bilhões de dólares namibianos (cerca de 656 milhões de dólares norte-americanos) para a exploração de petróleo ao largo





ENERGIA AUSTRAL

a mundial de petróleo

da costa atlântica da Namíbia ao longo dos próximos anos. Esta cifra foi considerada como sendo o maior investimento de um investidor estrangeiro no petróleo e gás da Namíbia.

Acredita-se que os blocos da HRT possuam até 5,2 bilhões de barris de recursos de hidrocarbonetos, o que seria duplicado até 2013, de acordo com Katali.

Outras actividades de exploração estão sendo realizadas pela Arcadia Expro da Namíbia e pela Torre Plc, que identificaram reservas com um potencial de dois bilhões de barris em blocos localizados entre as bacias de Walvis Bay e Namibe.

MOÇAMBIQUE

Uma série de campos com quantidades substanciais de gás de superfície e descobertas de petróleo no nordeste de Moçambique aumentaram significativamente a actividade de exploração no País.

Moçambique situa-se no extremo sul de uma linha de falha que corre ao longo da costa leste Africana para a Somália, formando uma região geologicamente convidativa para petróleo e gás natural.

O País tem duas principais bacias sedimentares - A Bacia do Rovuma, no norte-leste, onde a maioria das descobertas ocorreram, e uma bacia mais a sul de Moçambique.

A Bacia do Rovuma está localizada perto da fronteira entre Moçambique e a República Unida da Tanzânia, no Delta do Rovuma, e mede 400 km de comprimento e cerca de 160 km de largura.

De acordo com o Instituto Nacional de Petróleo (INP), a exploração de petróleo e gás começou no início de 1900, mas somente em 1961 foi descoberto o campo de gás de Pande. Seguiram-se os campos de Buzi e Temane, em 1962 e 1967.

A actividade de exploração foi temporariamente interrompida durante a guerra de libertação do País na década de 1970 e durante a guerra civil da década de 1980.

Moçambique lançou a sua primeira ronda de licenciamento de exploração de superfície em Março de 2000. Esta ronda de licitação ofereceu 14 blocos, principalmente na Bacia de Moçambique cobrindo a parte superficial e profunda do delta do Zambeze.

O INP lançou a segunda ronda de licenciamento em 2005 para a concessão de áreas de exploração na Bacia do Rovuma, norte de Moçambique. Foram assinados três contratos de exploração e concessão com a Anadarko, a ENI, Petronas e um com a Artumas.

Recentes descobertas de petróleo e gás da empresa italiana, a ENI e Anadarko Petroleum dos Estados Unidos, provocaram enorme interesse internacional do gás e as companhias petrolíferas começaram já a explorar ao largo de Moçambique.

MADAGÁSCAR

Firmas internacionais de petróleo estão lutando por uma fatia do sector de petróleo numa altura em que se acredita que o Madagáscar, uma ilha do Oceano Índico, tenha reservas elevadas de superfície estimadas em cinco bilhões de barris.

As projecções iniciais indicam que Madagáscar poderá produzir 60.000 barris por dia em três ou quatro anos, gerando receitas de vários bilhões de dólares, o que faria rapidamente com que a indústria do petróleo se tornasse principal contribuinte para Produto Interno Bruto do País (PIB).

O Governo começou a leiloar direitos de perfuração de petróleo e entre os gigantes mundiais do petróleo que se debatem por uma parte dos recursos de Madagáscar figuram os Estados Unidos, o Reino Unido, França, Holanda, Noruega, China e Coreia do Sul.



África Austral regista rápido crescimento na exploração do petróleo

REFINARIA E INFRA-ESTRUTURA DE ARMAZENAMENTO

As refinarias da região estão concentradas na África do Sul, havendo capacidade adicional de refinação em Angola, Madagáscar, República Unida da Tanzânia e Zâmbia.

A África do Sul é a região de maior consumo do petróleo (usando cerca de 68 por cento do total da SADC), e o segundo maior consumidor de petróleo em África depois do Egito.

Um desafio de infra-estrutura para a SADC é a ausência de instalações adequadas de armazenamento e oleodutos para transportar petróleo entre os Países. O combustível destinado ao Botswana e Zimbabwe, por exemplo, é transportado por caminhões e trens da África do Sul ou em Moçambique, um modo de transporte que se mostrou economicamente inviável e inseguro. □

Diversificação da economia é a chave para o desenvolvimento sustentável

por Kizito Sikuka

A **ÁFRICA** Austral pode alcançar um desenvolvimento sustentável caso os Países da região trabalhem um pouco mais para alargar as suas bases económicas que dependem fortemente de sectores individuais, principalmente a agricultura e a mineração.

O fortalecimento de outros sectores como a indústria, turismo e energia serviriam de alternativa aos choques financeiros externos já que a crise financeira global que afectou o mundo em 2008, parece estar pronta para se repetir este ano.

Um relatório do Grupo Ministerial de Trabalho da SADC divulgado em 2010 sobre a Integração Económica Regional mostra que os países que diversificaram para outros sectores económicos, tais como a pesca e a produção não foram afectados gravemente pela crise financeira global como os que apenas ficaram dependentes de um sector para o desenvolvimento.

Para minimizar o impacto da turbulência económica global sobre os Estados Membros da SADC e alcançar o desenvolvimento sustentável, a Direcção de Comércio, Investimento e Financiamento da Indústria da SADC (TIFI) tem estado a apelar aos países da região a considerarem a diversificação das suas economias.

"Os efeitos da recente crise económica global têm demonstrado que nenhuma economia está livre de se desestabilizar devido a eventos externos", refere o mais recente relatório da TIFI intitulado "Desempenho Económico Regional em 2011 e Perspectivas a Médio prazo para a SADC".

"Diversificar as economias é uma forma de combater esses choques e incertezas", refere a TIFI acrescentando que "as economias que são estreitamente baseadas num sector, incluindo países dependentes de recursos que muitos Estados-membros da

SADC possuem, têm mais vulnerabilidades decorrentes da falta de diversificação em uma ou mais dimensões económicas."

A TIFI indica que muitos países da SADC estão cientes de que as suas economias são pouco diversificadas e, portanto, vulneráveis a choques externos.

"Os Países reconhecem que ter uma economia diversificada - ou seja baseado numa ampla gama de sectores rentáveis, e não apenas alguns - desempenham um papel fundamental na economia sustentável."

O Presidente Seretse Khama Ian Khama já declarou publicamente que o Botswana vai fazer mais para ampliar sua base económica e diversificar a agricultura e turismo.

"Reconhecemos que a diversificação da economia, tanto dentro do sector de minerais e outros é uma estratégia fundamental para a nossa sobrevivência futura", disse ele, acrescentando que o "efeito combinado dos nossos investimentos em diversos sectores será a criação de emprego, bem como a redução da pobreza."

A TIFI propôs uma ampla gama de opções de diversificação que os Países da SADC poderiam usar para tornar as suas economias mais resistentes e estáveis.

Uma saída seria a diversificação horizontal, que é mais aplicável para a agricultura já que pode transitar para culturas alternativas. Neste caso, os Estados-Membros iriam se esforçar para ampliar o leque de produtos agrícolas que produzem para que eles não dependam de apenas uma cultura.

Uma outra via alternativa é a diversificação vertical, que é uma estratégia em produtos ou novos serviços são adicionados para serem complementares

ao produto já existente ou a linha de serviço em uso. Os Estados-Membros da SADC poderiam tirar proveito disto particularmente nas indústrias extractivas.

Uma terceira opção disponível para Estados Membros da SADC é a diversificação em actividades não naturais, explorando vantagens comparativas tais como a indústria e serviços. Esta é a solução preferida para a SADC, a longo prazo e deve, portanto, ser um objectivo a longo prazo da maioria das estratégias de desenvolvimento dos Países, de acordo com a TIFI.

A diversificação também pode seguir a rota dos comércios preferenciais assinados entre blocos comerciais, como ocorre em alguns casos, para incentivar a diversificação das exportações, oferecendo isenções tarifárias para determinados mercados.

No entanto, os comércios preferenciais têm às vezes sufocada a diversificação, tornando dependente a mercadoria rentável. Por exemplo, se o comércio preferencial terminar, então os sectores e produtos desenvolvidos tiram benefício.

Como tal, há necessidade dos países da SADC adoptarem medidas vibrantes que assegurem que os seus programas de diversificação sejam um sucesso.

O Brasil oferece um dos melhores exemplos de diversificação bem sucedida. Este País da América Latina foi por vários anos o maior produtor mundial de café.

No entanto, desde a década de 1990 o café não é mais a principal fonte para a economia brasileira. O país diversificou em outras áreas, incluindo bens manufacturados e combustíveis "verde", impulsionando a sua economia para se tornar a décima maior do mundo. □



Trabalhadores avaliando diamantes

Estrutura de produção da SADC

A **ESTRUTURA** de produção nos Estados Membros da SADC é característica de uma região em desenvolvimento, onde grande parcela do Produto Interno Bruto (PIB) vem de sectores primários da produção como a agricultura e a mineração, cuja contribuição total é em média mais de 50 por cento do PIB total.

Estatísticas da SADC mostram que somente as Maurícias e África do Sul têm sectores industriais consideráveis que contribuem em cerca de 25 por cento do PIB. A participação do sector industrial para o PIB no resto dos Estados-Membros, em média, é de menos de 15 por cento.

Além de ter um sector industrial pequeno, as economias da SADC não produzem uma gama diversificada de produtos manufacturados. Eles produzem uma série semelhante de produtos como alimentos, bebidas, tabaco, têxteis, vestuário e calçados, que são recursos de base agrícolas.

Como resultado, as economias da SADC são susceptíveis a volatilidades provenientes da evolução dos mercados internacionais. A sustentabilidade e a capacidade das economias oferecerem oportunidade de empregos e criação de riqueza as suas populações são limitadas. TIFI Directorate □

50:50 até 2015

Ilhas Maurícias dão um passo a frente na lei de cotas de género

por Kizito Sikuka

UMA NOVA LEI de género nas Maurícias que exige que um terço dos candidatos as eleições locais sejam mulheres representa mais um passo no sentido da paridade na tomada de decisões.

A cota de género está contida na nova Lei do Governo local, que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2012 e obriga a todos os partidos políticos para darem mais espaço as mulheres para disputarem nas eleições locais previstas para Abril deste ano.

Ao abrigo da lei das Ilhas Maurícias, os vereadores do municípios e vila são eleitos a cada cinco anos e a sua principal função é garantir o bom funcionamento de cinco cidades e 108 aldeias, supervisionar a prestação de serviços como a recolha de lixo e manutenção de estradas.

Eles também estão incumbidos de cuidar do meio ambiente e organização de actividades recreativas, culturais e actividades desportivas. Actualmente, apenas 6,4 por cento do total dos vereadores dos municípios e vilas são mulheres.

O sistema de quotas deverá permitir que pelo menos 1.300 mulheres possam concorrer nas próximas eleições locais.

A nova lei está muito aquém do objectivo de 50 por cento para a participação das mulheres na tomada de decisão política até 2015, definida pela União Africana e pela Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) na qual as Ilhas Maurícias são membro. O fato do sistema de cotas aplicar-se apenas para as eleições locais significa que a representação das mulheres em posições de tomada de decisão nas Maurícias permanece baixa.

As Ilhas Maurícias são o único País da SADC com as taxas mais baixas em termos do número de mulheres nos cargos de tomada de decisão, tais como o

parlamento e o Governo, e é um dos dois Estados-Membros que ainda não assinou o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento. O outro País é Botswana.

Apenas 10 mulheres foram eleitas para a Assembleia Nacional de 70 lugares nas eleições gerais de 2010, enquanto outras três foram nomeadas entre os oito "melhores perdedores". O parlamento possui um total de 13 mulheres, representando apenas 19 por cento dos assentos.

Pelo menos 62 parlamentares são eleitos por voto popular directo num sistema de bloqueio, onde cada eleitor lança três votos para três candidatos de cada um dos 21 círculos eleitorais, incluindo a ilha de Rodrigues ao largo da costa sudeste das Ilhas Maurícias, que elege dois deputados.

Os restantes oito candidatos saem de uma lista de "melhores perdedores" para garantir uma representação justa de várias comunidades do País. Este método de votação não é usado para lidar com o desequilíbrio de género, mas as mulheres constituem o maior número de eleitores, bem como pouco mais de metade da população das Ilhas Maurícias.

Apenas três mulheres servem como ministros no Governo das Maurícias de 25 membros, representando apenas 12 por cento. O Primeiro-Ministro Navichandra Ramgoolam disse que o novo sistema de cotas poderá aumentar significativamente a participação das mulheres no processo sociopolítico da nação insular, acrescentando que é necessário trabalhar mais aumentar o número de mulheres nos cargos governamentais.

"Temos de assegurar que o número de candidatas aumente consideravelmente", disse o

primeiro-ministro Ramgoolam. Sobre a necessidade de estender o sistema de cota de género para as eleições nacionais, ele disse que o governo espera o resultado de um estudo realizado por uma equipe de especialistas constitucionais antes de tomar uma decisão para se rever o sistema.

As Maurícias tem agendadas eleições nacionais para 2015 e as expectativas são de que as alterações necessárias nas leis sejam feitas para garantir que mais mulheres sejam eleitas para o parlamento e para o Governo.

Nos 15 estados membros da SADC, África do Sul tem a maior representação de mulheres no parlamento, situada em 45 por cento, seguida por Moçambique, com 39,2 por cento, e 38,6 por cento em Angola.

Estes países têm sistemas eleitorais com base na representação proporcional que incentiva a participação das mulheres, bem como voluntários de quotas partidárias. Uma representação mínima de 30 por cento é uma exigência constitucional, na República Unida da Tanzânia, que tem garantido assentos para as mulheres. *sardc.net* □

Zâmbia nomeia primeira mulher como Comissária da Polícia



O PRESIDENTE da Zâmbia, Michael Sata nomeou Stella Libongani como Inspector-Geral da Polícia, fazendo dela a primeira mulher a ocupar tal posição. Libongani se torna a primeira mulher na África Austral a chefiar a força policial. Até sua nomeação, ela era a vice-chefe da polícia. Ela se juntou ao serviço policial como superintendente assistente de cadete e foi colocada na delegacia de Kitwe Oriental como directora em 1998 e subiu através das fileiras para se tornar chefe da polícia. □

SADC fez progressos na promoção dos direitos das mulheres

A SADC esta empenhada em desenvolver programas mais inovadores necessários para capacitar jovens e mulheres, particularmente nas áreas rurais, afirmou o Secretário Executivo da SADC, Tomaz Salomão, numa mensagem para marcar o Dia Internacional da Mulher.

O Dia Internacional da Mulher é celebrado a 8 de Março de cada ano e as comemorações deste ocorreram

sob o lema "Juntando Raparigas, Inspirando o futuro". "É bastante gratificante notar que ao longo dos anos a SADC fez progressos notáveis na promoção e protecção dos direitos das mulheres e raparigas," disse Salomão.

No entanto, há "muita coisa que ainda precisa ser feita para que as mulheres e raparigas desfrutem de todos os direitos fundamentais, liberdade e dignidade." □

O Maior Parque Transfronteiriço do mundo

Por Kizito Sikuka

O MAIOR parque transfronteiriço do mundo, Kavango-Zambeze, foi lançado em Março por cinco Países da África Austral.

Os Ministros do Ambiente de Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe lançaram a Área de Conservação transfronteiriça Kavango-Zambezi (KAZA TFCA) numa cerimónia realizada em Katima Mulilo, Namíbia.

O lançamento histórico decorreu depois da assinatura do tratado, pelos Chefes de Estado e de Governo dos Países respectivos, em Agosto de 2011.

Situado nas Bacias do Okavango e Zambeze, onde as fronteiras dos cinco Países convergem, a TFCA KAZA cobre uma área de cerca de 444.000 quilómetros quadrados constituídos por 36 parques nacionais, reservas de caça, unidades de conservação da comunidade e áreas de gestão de caça.

A área de conservação se orgulha por deter inúmeras atracções turísticas, tais como o Victoria Falls entre a Zâmbia e o Zimbabwe, pinturas rupestres em San, Botswana, e outros desportos aquáticos, e uma extensa população selvagem na região.

Essa grande concentração de atracções poderá criar uma variedade totalmente nova de oportunidades de turismo na África Austral, apresentando novas oportunidades de desenvolvimento socioeconómico na SADC e fortalecendo assim o desenvolvimento socioeconómico e a integração.

As oportunidades incluem a comercialização conjunta de atracções, apresentando aos potenciais turistas uma ampla gama de oportunidades e experiências.

Um relatório conjunto da Peace Parks Foundation e do Banco de Desenvolvimento da África Austral prevê que a área de

conservação possa atrair até oito milhões de turistas para a região anualmente, bem como criar emprego para milhares de pessoas.

Falando no lançamento, os representantes dos países parceiros reafirmaram o seu compromisso com a integração económica regional através de uma gestão sustentável dos recursos naturais transfronteiriços e desenvolvimento do turismo, acrescentando que a implementação deve ser acelerada.

Eles disseram que os resultados tangíveis devem ser entregues às comunidades locais uma vez que são os donos dos recursos naturais e apoiar os elevados custos de oportunidade associados a conservação da

biodiversidade, como os conflitos homem - fauna bravia.

A Ministra namibiana do Meio Ambiente e Turismo, Netumbo Nandi-Ndaitwah disse que é responsabilidade de todos os cinco Países garantir que a KAZA TFCA seja desenvolvida como um programa de conservação sustentável e de desenvolvimento do turismo.

"A harmonização das abordagens de gestão dos recursos naturais e desenvolvimento do turismo através de nossas fronteiras internacionais vai aumentar a integridade do ecossistema e os processos ecológicos naturais", disse ela.

O estabelecimento da TFCA KAZA baseia-se nos ideais da SADC articulados no Protocolo sobre a Conservação da Fauna e

Aplicação da Lei de 1999, que obriga os Estados-Membros a "promover a conservação dos recursos da fauna compartilhados através do estabelecimento de áreas de conservação transfronteiriças."

O conceito de áreas de conservação transfronteiriça é baseado no princípio de que o fluxo da natureza, incluindo rios, vento, vegetação e animais, não está vinculado por fronteiras políticas.

As TFCAs existentes na região da SADC incluem, entre outros, o Grande Limpopo composta de áreas de conservação em Moçambique, África do Sul e Zimbabwe, e a TFCA Lubombo partilhada por Moçambique, África do Sul e Suazilândia. *Sardc.net* □

Zâmbia e Zimbabwe intensificam os preparativos para a cimeira internacional de turismo

A ZÂMBIA e o Zimbabwe estão a se preparar para co-organizarem uma importante conferência de turismo a nível mundial no próximo ano, em Victoria Falls, e deram início a vários projectos para garantir que a reunião seja um grande sucesso.

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas para o Turismo (OMT) vai decorrer em Victoria Falls / Mosi ao Tunya, em 2013, segunda vez em África depois do Senegal em 2005.

A Zâmbia e o Zimbabwe venceram o concurso para co-organizar 20ª Sessão da Assembleia Geral da OMT, um evento disputado por outros concorrentes como a Rússia, Turquia, Jordânia e Qatar.

O Zimbabwe planeia construir um novo centro de conferências na cidade turística de Victoria Falls para acomodar os delegados à Assembleia Geral. O centro de

conferências deverá ter uma capacidade de até 5.000 delegados, com salas das comissões, campo de golfe e hotéis de três a cinco estrelas.

Ambos os países estão a modernizar os aeroportos locais em antecipação do fluxo de visitantes.

Presidente Michel nomeado embaixador mundial do turismo

O PRESIDENTE das Seychelles, James Michel, foi nomeado embaixador mundial do turismo pela Organização das Nações Unidas do Turismo (OMT), tornando-se no

primeiro Chefe de Estado a ocupar esta posição.

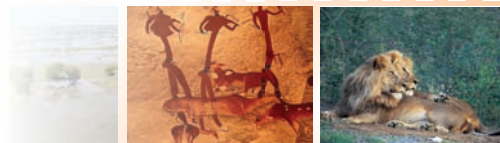
Michel recebeu a "carta aberta dos líderes mundiais para a campanha mundial do turismo" do Secretário-Geral da

A Assembleia Geral da OMT que se reúne a cada dois anos para discutir e dar uma orientação sobre o turismo global, e espera-se que o evento sirva para impulsionar o turismo nos dois países, bem como em toda a região. □



OMT, Taleb Rifai, em Março durante a abertura oficial do Carnaval Internacional de Victoria, em Seychelles.

Rifai, disse ser a primeira vez que a carta é apresentada a um Chefe de Estado e de Governo. Ele acrescentou que, ao aceitar a carta, Michel automaticamente torna-se um embaixador mundial para o turismo. *Seychelles Nation* □





Eleições gerais marcadas para 26 de Maio no Lesotho

por Joseph Ngwawi

O REI do Lesotho fixou o dia 26 de Maio como a data para as aguardadas eleições gerais na sequência de um diálogo bem sucedido, que pôs fim a um o impasse entre os principais actores políticos.

O acordo foi alcançado há um ano pelos partidos políticos em Lesotho, após longas negociações mediadas pela SADC com vista a se encontrar uma solução duradoura para os desafios políticos do País.

"O Rei Letsie III, de acordo com a secção 37 (1) de 2011 da Lei Eleitoral da Assembleia Nacional, e agindo em conformidade com o parecer do Conselho de Estado, proclama que o dia 26 de Maio será a data das eleições", refere um comunicado divulgado pelo Primeiro-Ministro, Mosisili Pakalitha, em Março.

O Rei Letsie III dissolveu o Parlamento Lesotho a 15 de Março para abrir caminho para as campanhas eleitorais de 10 partidos políticos pelo País.

O País mergulhou numa crise política em 2007, após um partido político da oposição ter recusado aceitar os resultados.

Este cenário fez com que uma equipa de negociação compreendendo Chefes das igrejas em Lesotho e facilitadores da Troika da SADC, criada por líderes da África Austral, iniciassem negociações para resolver a situação.

As partes interessadas no processo de mediação incluíam a Comissão Eleitoral Independente do Lesotho, o ex-dirigente Congresso para a Democracia do Lesotho (LCD), os partidos da oposição e o Governo.

O acordo levou à alteração da Lei Eleitoral do Lesotho e da constituição, em preparação para as próximas eleições. O resultado final disso foi a apresentação da lei a

Assembleia Nacional Eleitoral em 2011 e da Emenda 6 à Constituição ao Parlamento em Março do ano passado.

A corrida para as eleições viu a deserção de Mosisili do LCD que formou um novo partido chamado Congresso Democrático.

No cargo desde Maio de 1998, Mosisili continuou Primeiro-Ministro, enquanto o LCD se tornou no principal partido da oposição.

A saída de Mosisili foi o resultado de uma briga com o Comité Executivo Nacional do LCD, depois de prolongadas disputas entre facções internas desde 2008.

O novo partido formado a 25 de Fevereiro ganhou uma pequena maioria, após reunir apoio de 45 deputados do Parlamento de 80 círculos eleitorais no Parlamento do Lesotho que tem 120 assentos.

Foi a segunda vez que Mosisili toma atitude similar, depois de ter desertado do Partido do Congresso do Basutoland, sob a liderança de líder Ntsu Mokhehle em 1997, para formar o LCD.

O LCD venceu 62 assentos ou 52 por cento dos 120 assentos da Assembleia Nacional nas últimas eleições realizadas em Fevereiro de 2007, seguido pelo Partido Nacional Independente com 21 lugares e pela Convenções de Todo o Basotho com 17 assentos.

Ao abrigo da lei do Lesotho, o líder do partido maioritário na Assembleia Nacional torna-se Primeiro-Ministro.

Lesotho tem um Parlamento bicameral composto pelo Senado com 33 assentos e à Assembleia Nacional com 120 assentos.

A monarquia é hereditária e sob a lei tradicional só o colégio

dos chefes tem o poder para destituir e / ou investir um monarca.

No Senado, 22 membros são hereditários, enquanto os restantes 11 membros são designados pelo monarca. Ambos têm mandatos de cinco anos.

Os Membros da Assembleia Nacional são eleitos por voto popular directo usando o sistema proporcional misto. A luz deste sistema 80 parlamentares são escolhidos

enquanto os restantes 40 são eleitos por um círculo eleitoral nacional do partido utilizando uma lista de representação proporcional.

A última modalidade é usada para determinar o número de assentos que cada uma das partes recebe se o sistema for totalmente proporcional. O número total de votos expressos nas urnas do partido é dividido pelos 120 assentos em disputa na Assembleia Nacional e para determinar quantos assentos cada partido deve receber.

Este número é depois comparado com os assentos ganhos nos círculos eleitorais para se determinar quantos lugares devem ser concedidos a lista do partido. Por exemplo, se um partido tiver que merecer 20 lugares, mas ganhou apenas 10 nas eleições locais, então são lhe acrescidos 10 assentos. □



Malawi prepara-se para eleições em 2014

O MALAWI vai realizar eleições gerais até Maio de 2014, fazendo com que a nova Presidente do País Joyce Banda dirija os destinos da nação no mandato em curso, após a morte repentina do ex-Presidente Bingu wa Mutharika, em Abril.

Segundo a Constituição do Malawi, o presidente é eleito em conjunto com um primeiro vice-presidente, mas o presidente poderá nomear um segundo vice-presidente se ele ou ela considere desejável, no interesse nacional. O segundo vice-presidente não pode sair do partido do presidente

As eleições de 2014 poderão ser disputadas principalmente

por cinco partidos, nomeadamente o Partido Popular, de Banda, o Partido Progressista Democrático, de Mutharika, O Partido do Congresso do Malawi, dirigido pelo veterano político John Tembo, a Frente Unida Democrática e a Aliança para a Democracia. Há mais de 35 outros pequenos partidos políticos registados.

O parlamento do Malawi está a discutir uma emenda constitucional que vai harmonizar as eleições presidenciais, dos Governo Locais e Parlamentares em 2014.

As últimas eleições gerais realizaram-se em Maio de 2009 no Malawi. □



Jogadores da Zâmbia levantam o troféu do CAN

Zâmbia vence CAN 2012 constituindo orgulho para a África Austral

A **ZÂMBIA** tem o seu nome gravado nos livros de história depois de se tornar o terceiro País da África Austral a conquistar a Taça das Nações Africanas em futebol (CAN) em 55 anos da história deste tipo torneio.

Os Chipolopolos, como é carinhosamente conhecida equipa nacional da Zâmbia, derrotou a favorita Costa do Marfim por 8-7, na marcação de grandes penalidades, para conquistar o CAN pela primeira vez.

A Zâmbia se tornou o terceiro País da SADC a ganhar o campeonato continental bialenal depois da República Democrática do Congo em 1968 e 1974, e da África do Sul em 1996.

Estimulado por uma forte crença de que o destino trouxe-os para o Gabão, os zambianos dedicaram a sua vitória aos seus heróis que morreram num acidente de avião no Gabão, em

1993, enquanto se dirigiam para o Senegal participar na qualificação para a Copa do Mundo.

A vitória regista-se 19 anos depois de 18 membros da equipa da Zâmbia terem morrido num acidente de avião perto de onde a final foi disputada na capital do Gabão.

A Zâmbia possui uma das mais bem sucedidas equipas de futebol na SADC, e já participou em muitas finais do CAN. A Zâmbia possui um recorde de 15 participações nas finais do CAN. A primeira edição do CAN teve lugar em Cartum, no Sudão, em 1957, e o torneio inaugural foi ganho pelo Egito.

Os melhores momentos da participação da Zâmbia no CAN ocorreram em 1974 e 1994, quando o País foi derrotado na finalíssima.

Contra todas as probabilidades, a Associação de Futebol da Zâmbia conseguiu

montar uma equipa forte para as finais de 1994 após a perda de toda a equipa. O Presidente da Associação de Futebol da Zâmbia, Kalusha Bwalya, foi capitão da equipa renovada em 1994.

Egito já ganhou o troféu seis vezes, levando a África do Norte um recorde de 10 vitórias.

A África Ocidental é a região mais bem sucedida por ter


vencido o troféu sete vezes, com o Ghana a ser coroado campeão quatro vezes desde 1957.

Após a vitória da Zâmbia, A África Austral já venceu o torneio quatro vezes, enquanto a África Central também ganhou o troféu quatro vezes através de vitórias dos Camarões. O único país da África Oriental a vencer o CAN foi a Etiópia em 1962. sardc.net □

África do Sul vai acolher o CAN em 2013

A **ÁFRICA** do Sul vai acolher a final da Taça das Nações de África em Futebol (CAN) em 2013, sendo a segunda vez que o torneio vai decorrer num País da região desde 2010. O último Estado-membro da SADC a acolher a final do CAN foi Angola há dois anos. África do Sul acolheu o evento em 1996. Pelo menos 47 Países inscreveram-se na competição, incluindo a África do Sul, que automaticamente se qualifica como anfitriã. As restantes 46 equipas vão competir nas eliminatórias ao longo de três rondas. □

DIÁRIO DE EVENTOS Abril-Junho 2012



ÁFRICA AUSTRAL HOJE

SADC HOJE Vol 14 No 3 Abril 2012

ÁFRICA AUSTRAL HOJE
É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglina Tauya, Admire Ndhlovu, Stalin Tazvitya, Phyllis Johnson, Ndiyahongwa Ndou, Tanyaradzwa Chiwara, Danai Majaha.

ONSELHO EDITORIAL
Chefe da Unidade de Comunicação da SADC
Leefa Penehupifo Martin

TRADUTOR
Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é apoiado pelo Ministério Norueguês dos Negócios Estrangeiros, em apoio ao Grupo Temático dos Parceiros Internacionais de Cooperação no Sector de Energia da SADC, que é presidido pela Noruega.

© SADC, SARDC, 2012

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int


COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya

FOTOS E ILUSTRAÇÕES
P1 wideangle.com, carrental.co.za, allafrica.com, fastcompany.com, llbcom.org, toaddis.com, beautifulplacestovisit.com, oilrig-photos.com; P4 malawidigest.com, maravipost.com, newswatch.com; P6 heifer.org; P7 victoriavfalls-guide.net; P8 informafrika.com; P10 britannica.com; P11 journeywoman.com, flags.net; P12 south-africa-tours-and-travel.com; P13 thabablinds.co.za; P14 lusaketimes.com; P16 National Archives of Zimbabwe


Subscreva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690,
Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271
E-mail sadctoday@sardc.net
www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento



SARDC
Southern African Research and Documentation Centre



www.sardc.net
Knowledge for Development

Abril 3-4, Ghana	Fórum Africano de Investimento O fórum de várias partes interessadas vai discutir a forma de atracção de investimentos para África e considerar e questões emergentes relacionadas com os desafios dos investimentos.
23-24 Abril, África do Sul	Workshop da Estratégia SADC 50:50 O workshop vai determinar estratégias para atingir a meta de 50:50 para mulheres e homens na política e na tomada de decisão até 2015, meta fixada pelos Chefes de Estado e de Governo da União Africana e da SADC. A discussão terá como base o Quadro da SADC para alcançar a paridade.
27-28, África do Sul	Energia Eólica Mundial A reunião vai deliberar formas de aumentar a captação de energia eólica.
Maio 3-4, África do Sul	Cimeira de Revisão dos ODM A cimeira constituirá uma oportunidade para os Governos africanos reverem o progresso para o alcance dos ODM até 2015. O tema da cimeira é "O poder do negócio como uma das soluções para os desafios dos ODM".
8-9 Maio, Zâmbia	A previsão das cheias do Zambeze Bacia Especialistas de Ambiente dos oito Países da SADC do rio Zambeze Bacia vão se reunir para desenvolver uma estratégia de previsão de inundações e de aviso prévio para a Bacia.
9-11, Ethiopia	Fórum Económico Mundial Vai reunir líderes mundiais e pan-Africanos, e será uma oportunidade para consultas.
Por Confirmar, Lesotho	Ministros de Energia da SADC Ministros da SADC responsáveis pela Energia reúnem-se para rever o programa de planeamento regional de energia para aplicação do roteiro de recuperação de energia criado para enfrentar a escassez de energia que afecta a região.
Junho 20-22, Brasil	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Desenvolvimento (Rio +20) A conferência será uma oportunidade para a comunidade global renovar os seus compromissos para promover o desenvolvimento sustentável e enfrentar desafios novos e emergentes, tais como as mudanças climáticas. A conferência analisará os progressos alcançados desde a primeira Cimeira da Terra realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992.
21-22, África	Cimeira africana de Investimento no Turismo A cimeira reúne investidores e promotores de projectos e funcionários de planeamento de cidades para facilitar as discussões sobre as oportunidades de investimento no turismo em África e construir sobre o diálogo para política do turismo e promoção dos Países.
26-28, Alemanha	Fórum Africano de Energia Especialistas em energia irão explorar formas de como a África, como um dos mais rápidos mercados emergentes do mundo, pode atender à demanda crescente de energia para assegurar o desenvolvimento sustentável.
Por confirmar, Malawi	19ª Cimeira da União Africana Chefes de Estado e de Governo vão se reunir na sua 19ª Sessão Ordinária da União Africana, precedida de conferências sobre como "Impulsionar comércio intra-africano" e "2012 como ano de valores compartilhados".

4 Maio 1978

Cassinga

MAIS DE 600 Namibianos morreram durante um ataque das Forças de Defesa da África do Sul a 04 de Maio de 1978, num campo de refugiados da organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) em Cassinga, no Sul de Angola.

Aviões das Forças de Defesa da África do Sul (SADF) lançaram gás venenoso, fazendo com que os refugiados que se encontravam reunidos caíssem inconscientemente devido as bombas biológicas que absorviam o oxigénio no ar e enfraqueciam as pessoas.

Em seguida, ondas de caças bombardearam os refugiados lançando bombas incendiárias, deixando o centro de refugiados todo em chamas. Foi usado a tática de ataque a alvos terrestres em voos rasantes a baixa altitude com aviões empunhando armas automáticas.

Uma onda de pára-quedistas foi depois lançada no terceiro ataque para, no terreno, eliminar com baionetas todos aqueles que já estavam gravemente ferido e inconscientes ou os que tinham sobrevivido ao gás venenoso.

As SADF depois justificaram o ataque alegando que Cassinga era uma base militar da SWAPO. No entanto, a presença militar no campo destinava-se principalmente a proteger os refugiados civis que estavam presentes e que acabaram por ser massacrados.

Todos os anos a 4 de Maio, os namibianos recordam as vítimas do massacre de Cassinga. Cerimónias formais são realizadas anualmente na Praça dos Heróis da Namíbia localizada fora da capital, Windhoek.

A Praça dos Heróis foi construída a 26 de Agosto de 2002 para lembrar as pessoas que morreram na guerra que levou à independência da Namíbia em Março de 1990. É uma recordação do patriotismo e bravura dos namibianos e serve como um farol de paz e unidade no seio dos seus povos.

Segundo o Presidente fundador da Namíbia, Sam Nujoma, o feriado recorda a memória das corajosas vítimas do massacre de Cassinga, "cujo único crime foi o facto de se oporem ao sistema desumano do apartheid".

"Nós fomos ajudados e consolados por amigos de todo o mundo, especialmente o povo revolucionário de Cuba", disse Nujoma.

As forças cubanas estacionadas nas proximidades, em Techamutete, em Angola vieram em auxílio dos combatentes da SWAPO durante a batalha subsequente de Cassinga, forçando o recuo das SADF.

O ataque durou apenas nove horas, mas deixou 624 mortos e 611 feridos, incluindo 167 mulheres e 298 adolescentes e crianças.

Cuba acolheu os sobreviventes, na sua maioria mulheres e crianças, para tratamento médico e recuperação no seu País. Muitos que foram proibidos de retornar a sua casa permaneceram e foram educados em escolas cubanas.

Abril



Mês histórico para o Zimbabwe

O MES de Abril marca um século de resistência no Zimbabwe, e contém várias datas significativas incluindo a independência do País assinalada a 18 de Abril de 1980.

Há cento e catorze anos, a 27 de Abril de 1898, os arquitectos da primeira resistência (Chimurenga), Mbuya Chahwe, meio do espírito de Nehanda e Sekuru Gumboreshumba, meio do espírito Kaguvi, foram enforcados pelo regime colono à se atreverem a desafiar a expropriação colonial. É a partir Kaguvi, também conhecido como Murenga (significando espírito guerra), que deriva o nome Chimurenga, originalmente para descrever a primeira resistência.

Eles foram denunciados no Supremo Tribunal de Salisburia, num caso chamado: "A Rainha [Britânica] contra Nehanda".

A execução foi autorizada pelo alto-comissário britânico para a África Austral, e aprovada pelo Secretário imperial britânico.

"Os seus gritos e de resistência, quando ela foi levada até a escada, perturbavam muito a minha conversa com Kaguvi", escreveu um padre católico romano que estava presente, "gritava tanto até a abertura barulhenta do alçapão onde ela estava. Seguiu-se depois a queda pesada do seu corpo que pôs termo a gritaria."

Os seus gritos de resistência incluíam uma ameaça que ecoou pelas décadas seguintes de tal modo que os filhos dos seus filhos compreenderam a profecia de que "os meus ossos irão certamente aumentar" e pegaram em armas para libertar seu país.

Sessenta e oito anos depois, a 28 de Abril de 1966, a primeira batalha da segunda Chimurenga teve lugar em Chinhoyi. Abril foi também o mês em que Robert Mugabe deixou o País a pé para Moçambique, em 1975, para liderar a luta de libertação após a sua libertação da prisão. *Adaptado de C Zvayi, The Herald*

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Abril – Junho 2012

4 Abril	Dia da Paz e Reconciliação Dia dos Heróis	Angola Lesotho
6 Abril	Sexta-feira Santa	Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe
7 Abril	Sábado Santo	Zâmbia
9 Abril	Dia da Mulher Segunda-feira de Páscoa	Moçambique Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe
18 Abril	Dia da Independência	Zimbabwe
25 Abril	Dia da Bandeira Nacional	Swazilândia
27 Abril	Dia da Liberdade	África do Sul
30 Abril	Dia da Juventude	RDC
1 Maio	Dia do Trabalhador Dia do Trabalhador	RDC, Lesotho, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zimbabwe Angola, Botswana, Malawi, Madagáscar, Maurícias, Seychelles, Swazilândia
4 Maio	Dia de Cassinga	Namíbia
14 Maio	Dia de Kamuzu	Malawi
17 Maio	Dia da Libertação Dia da Ascensão	DRC Botswana, Lesotho, Madagáscar, Namíbia, Swazilândia
25 Maio	Dia de África Dia da Liberdade de África	Angola, Lesotho, Namíbia, Zimbabwe Zâmbia
1 Junho	Dia Internacional da Criança	Angola
5 Junho	Dia da Libertação	Seychelles
3 Junho	Domingo Santo	Madagáscar
4 Junho	Segunda-feira Santa	Madagáscar
16 Junho	Dia da Juventude	África do Sul
18 Junho	Dia Nacional	Seychelles
25 Junho	Dia da Independência	Moçambique
26 Junho	Dia da Independência	Madagáscar
29 Junho	Dia da Independência	Seychelles
30 Junho	Dia da Independência	RDC